

Revista **a** EVOLUÇÃO



FÁTIMA GAMA

Profa. Doutoranda em Ciências Sociais

ENTREVISTA

Profa. Dra. KÁTIA CARNEIRO, da UFRJ.



LANÇAMENTO



Participa de
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores de Periódicos



INTERNATIONAL
STANDARD
NUMBER
ISSN



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **EVOLUÇÃO**

Ano V - nº 51 - Abril de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Mirella Clerici Loayza

Colunista:

Adeilson Batista Lins

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Adriana Pereira Santos da Silva

Alecina do Nascimento Santos

André Luiz Dias Leite

Andressa Talita de Lara

Angelita Aparecida Ferreira Gebin

Antônio dos Santos J. Miguel e Fátima T. Dias dos Santos Gama

Beatris Maria Mocellin

Daniel Leopoldo Moreira Barbosa

Daniela Proença Verly da Silva

Dinah Luisa da Silva

Ester de Paula Oliveira

Elisangela Santos Reimberg Eduardo

Josefa Bezerra de Meneses

Letícia Zuza de Lima Cabral

Lucimara dos Santos de Barros

Marcela Rodrigues Pimentel

Maria Aparecida Armandilha Nunes

Maria de Fátima Costa Rocha

Marilena Wackler

Sidnéa dos Santos Quintino Amorim

Sidneia Viana

Sileusa Soares da Silva

Soraia Mitauy Freitas

Vilma Cavalcante Sabino da Silva

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 51 (abr. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 196 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2675-2573.rpe.51

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.51>

A

São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profª. Esp. Ana Paula de Lima
Profª. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profª. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profª. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profª. Esp. Mirella Clerici Loayza
Profª. Dra. Thais Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateaneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as) e autores(as) independentes**;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida com utilização de softwares livres



05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

07 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

11 HOMENAGEM**FÁTIMA GAMA****ARTIGOS**

- | | |
|---|-----|
| 1. LINGUAGEM, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
ADRIANA PEREIRA SANTOS DA SILVA | |
| 2. A INTERAÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS ESCOLAS E NA SOCIEDADE
ALECINA DO NASCIMENTO SANTOS | |
| 3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS DA SUA IMPLEMENTAÇÃO
ANDRÉ LUIZ DIAS LEITE | |
| 4. EDUCAÇÃO ESPECIAL: A INCLUSÃO COMO DESAFIO
ANDRESSA TALITA DE LARA | 35 |
| 5. RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM
ANGELITA APARECIDA FERREIRA GEBIN | 43 |
| 6. OS DESAFIOS DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA EM LUANDA
ANTÔNIO DOS SANTOS JOÃO MIGUEL / FÁTIMA TOMÁS DIAS DOS SANTO GAMA | 51 |
| 7. EMMI PIKLER: UMA VISÃO REVOLUCIONÁRIA DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR INFANTIL
BEATRIS MARIA MOCELLIN | 63 |
| 8. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, A QUALIDADE DO ENSINO E A RELAÇÃO DISCENTE E DOCENTE NA SALA DE AULA
DANIEL LEOPOLDO MOREIRA BARBOSA | 69 |
| 9. A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO COMO INSTRUÇÃO PRIMÁRIA
DANIELA PROENÇA VERLY DA SILVA | 77 |
| 10. PRIORIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA: CONSTRUINDO UM FUTURO SUSTENTÁVEL
DINAH LUISA DA SILVA | 85 |
| 11. NEUROCIÊNCIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A VIDA ESCOLAR
ELISANGELA SANTOS REIMBERG EDUARDO | 93 |
| 12. A NEUROLINGÜÍSTICA E OS TALENTOS DOS EDUCANDOS
ESTER DE PAULA OLIVEIRA | 101 |
| 13. PARQUE INCLUSIVO: ACESSIBILIDADE GARANTIDA PARA TODOS
JOSEFA BEZERRA DE MENESES | 109 |
| 14. PROPOSTAS MATEMÁTICAS NAS SALAS DE PROJETO DE APOIO PEDAGÓGICO DA RMESP
LETÍCIA ZUZA DE LIMA CABRAL | 117 |
| 15. ABORDAGENS DIRECIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE EDUCADORES
LUCIMARA DOS SANTOS DE BARROS | 125 |
| 16. DESPERTANDO O INTERESSE DAS CRIANÇAS PELOS CONTOS DE FADAS
MARCELA RODRIGUES PIMENTEL | 131 |
| 17. AS CONTAÇÕES DE HISTÓRIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O APRENDIZADO
MARIA APARECIDA ARMANDILHA NUNES | 137 |
| 18. GESTÃO DIRETRIZES E COMPROMISSOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
MARIA DE FÁTIMA COSTA ROCHA | 143 |
| 19. MÉTODOS PEDAGÓGICOS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
MARILENA WACKLER | 149 |
| 20. A DIVERSIDADE NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
SIDNÉA DOS SANTOS QUINTINO AMORIM | 159 |
| 21. PEDAGOGIA DE PROJETOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I
SIDNEIA VIANA | 167 |
| 22. BRINCANDO DE FAZ DE CONTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
SILEUSA SOARES DA SILVA | 173 |
| 23. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS
SORAIA MITAUY FREITAS | 181 |
| 24. A PEDAGOGIA E AS TEORIAS QUE CONTRIBUEM PARA O EDUCAR
VILMA CAVALCANTE SABINO DA SILVA | 189 |



PARQUE INCLUSIVO: ACESSIBILIDADE GARANTIDA PARA TODOS

JOSEFA BEZERRA DE MENESES¹

RESUMO

O presente Artigo através de análise bibliográfica de diversos autores e de pesquisas tendo como base estudos que versaram sobre a temática acessibilidade dos parques inclusivos nas escolas de Educação Infantil que tem aulas de Educação Física, apresentará como a inclusão exige espaços educativos e acolhedores, a acessibilidade entendida como possibilidade de aproximação respeitando as potencialidades de todas as crianças assegurando autonomia, desenvolvimento cognitivo e principalmente integração de todos.

Palavras-Chave: Acesso; Brincadeira; Crianças; Educação física; Inclusão.

INTRODUÇÃO

As escolas de Educação Infantil, que têm aulas de Educação Física, são compreendidas como ambientes acolhedores que fazem parte da primeira infância. As aprendizagens ocorrem através das brincadeiras, os educadores elaboram planos de aulas que estimulam o desenvolvimento integral da criança. Educação física é muito importante na Educação infantil, por se tratar de um momento que se dá em ambiente ao ar livre, que promove a sensação de liberdade. Neste estudo o parque inclusivo em aulas de Educação Física será nosso foco, os variados brinquedos do parque colaboram para o desenvolvimento da coordenação motora, superação e autoconfiança, além de propiciar a socialização e autonomia. As escolas públicas atendem a um público diversificado que deve ser compreendido em sua individualidade. Observa-se que nas

escolas públicas de Educação Infantil que é ofertada a Educação Física, os parques não são inclusivos, o constrangimento e a frustração das crianças com deficiências físicas, mentais entre outras é muito grande, pois a acessibilidade é o principal meio para a inclusão delas permitindo o acesso e a liberdade de exploração dos espaços, além do envolvimento que acontece incluindo todos, visando não apenas as crianças com suas mobilidades reduzidas, eliminando todas as barreiras existentes. Ainda se discute pouco sobre o tema, porque inclusivo e educação física nas escolas de educação infantil, por esse motivo seria necessário um olhar crítico repleto de reflexões sobre a necessidade de se ter parques inclusivos e acessíveis para que seja possível ofertar uma educação de qualidade, mais acolhedora onde todas as crianças através da acessibilidade tenha diversão garantida.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera de São Paulo. Licenciada em Artes Visuais pela Faculdade Paulista de Comunicação Campos Salles. Pós-graduada em Educação Inclusiva, e em Docência no Ensino Superior Lato Sensu em Nível de Especialização pela Faculdade Paulista de Comunicação Campos Salles, FICS. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

ESCOLA INCLUSIVA E SUA HISTÓRIA

O conjunto de processos educacionais decorrentes da execução de políticas articuladas, impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento, buscava alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de **TODOS OS ALUNOS** independente de suas particularidades. Sob o ponto de vista prático, a educação inclusiva garante a qualquer criança o acesso ao Ensino Fundamental, nível de escolaridade obrigatório a todo cidadão brasileiro (CARNEIRO, 1998). De 1854 a 1956 iniciativas oficiais e particulares isoladas aconteceram:

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início no Brasil na década de cinquenta do século passado. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II, naquela data, através do Decreto Imperial nº 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. A fundação do Imperial Instituto deveu-se, em grande parte, a um cego brasileiro, José Álvares de Azevedo, que estudou no Instituto do Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Hauy no século XVIII, por ter obtido muito sucesso na educação de Adélia Sigaud, filha do Dr. José F. Xavier Sigaud, médico da família imperial, José Álvares de Azevedo despertou a atenção e o interesse do Ministro do Império, Conselheiro Couto Ferraz. Sob a influência de Couto Ferraz, D. Pedro II criou tal Instituto, que foi inaugurado no dia 17 de setembro de 1854, cinco dias após sua criação. Para dirigi-lo, foi nomeado o Dr. Xavier Sigaud, cujo busto em mármore se encontra no salão nobre daquela casa de ensino (MAZZOTTA, 2003, p.28).

As crianças brasileiras, também foram deixadas nas ruas para morrerem ou na roda dos expostos para serem cuidadas pelas instituições religiosas (BRASIL, 2008). Em 1874, fundou-se em Salvador, Bahia, a primeira instituição que atendia as pessoas com deficiência mental, o Hospital Juliano Moreira (BRASIL, 2008). Dentro dos princípios higienistas, em 1903, no Rio de Janeiro, a deficiência mental tornou-se problema de saúde pública e esses deficientes foram relegados ao Pavilhão Bourneville, que foi a

primeira Escola Especial para Crianças Anormais e o Hospício de Juquery. A medicina influenciou na forma como essas pessoas seriam tratadas até 1930, sendo substituída pela Psicologia e Pedagogia (BRASIL, 2008). Um dos primeiros médicos psiquiatras a estudar a Deficiência Mental no Brasil, foi Ulysses Pernambucano de Melo Sobrinho, ele enfatizou a necessidade do atendimento médico-pedagógico com uma equipe multidisciplinar (BRASIL, 2008). Com a chegada da "escola nova" no Brasil, a Psicologia consegue se inserir na Educação, utilizando-se de testes de inteligência e identificando as crianças com alguma deficiência. A educadora Helena Antipoff, criou em Minas Gerais, o serviço de diagnóstico e classes especiais nas escolas públicas. Foi fundadora da Sociedade Pestalozzi, influenciando a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1854 (BRASIL, 2008). As contribuições da "escola nova" para a educação especial, tiveram um efeito contrário daquilo que se buscava, com a exclusão dos deficientes das escolas regulares. O atendimento aos deficientes se manteve com a ajuda de instituições e organizações filantrópicas. Além disso, não foram conceituados os variados graus de deficiência, dificultando o atendimento e o progresso educacional dessas crianças (BRASIL, 2008). A progressão da legislação a respeito da educação especial e inclusiva que segue, foi extraída de Mazzotta (2003). A Constituição Federal de 1988, elegeu a partir do artigo 1º inciso II e III, o fundamento da cidadania e dignidade da pessoa humana. No artigo 3º inciso IV, elege a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Seguindo este pensamento o artigo 5º, garante expressamente o direito à igualdade. Já o artigo 205 garante o direito de **TODOS** à educação, "pleno desenvolvimento da pessoa, com preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". O artigo 206 inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola". Artigo 208 define como dever do Estado, a oferta do atendimento

educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1990 a SESPE foi extinta, tendo suas atribuições absorvidas pela então criada Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb. Pelo Decreto nº 99.678, de 8 de novembro de 1990 a educação especial e a educação básica passam a ser da competência da SENEb.

Esta alteração estrutural sugere a preocupação com o favorecimento da integração da Educação Especial com os demais órgãos centrais da administração do ensino. Pelo menos por sua localização na estrutura do MEC, a Educação Especial deixa de ser o objeto de um órgão autônomo em relação aos níveis e demais modalidades de ensino. No entanto, em 1992 nova organização do MEC recoloca o órgão específico de Educação no status de Secretaria. Confrontando tais modificações com o preceituado no citado Artigo 15 da Lei nº 7.853/79, pode-se indagar até que ponto, órgãos federais com atribuições relativas a portadores de deficiências ou de necessidades especiais, compatibiliza suas competências ou entram em conflito (MAZZOTTA, 2003, p. 81).

Com a declaração de Salamanca (1994), o direito à educação das crianças com deficiência foi assegurado pela Lei nº 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Plano Nacional de Educação/CNE/2000; as escolas foram se tornando cada vez mais inclusivas. Entretanto, observa-se que muitas vezes as escolas públicas padecem de infraestruturas para melhor integrar as crianças com deficiências, e seus direitos podem ser violados.

Portanto está correto o entendimento de que a Educação Especial perpassa os diversos níveis de escolarização, mas ela não constitui um sistema paralelo de ensino, com seus níveis e etapas próprias. A Educação Especial é um instrumento, um complemento que deve estar sempre presente na Educação Básica e Superior para os alunos com mobilidades reduzidas que dela necessitam. Uma instituição especializada ou escola especial é assim reconhecida justamente pelo tipo de atendimento que oferece, ou seja, atendimento educacional especializado. Sendo assim essas escolas não podem substituir, mas complementar as escolas comuns em todos os seus níveis de ensino. Conforme a LDBEN, em seu art. 60, as instituições especializadas são

aquelas com atuação exclusiva em Educação Especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público (CARNEIRO, 1998, p. 133).

EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO

É notório que nas escolas de Educação Infantil que ofertam a Educação Física, a hora do parque é um dos momentos mais aguardados pelas crianças. O parquinho proporciona momentos de descontração, liberdade e prazer, contribuindo para as aprendizagens e socialização. Segundo Certeau (1998), o parque não é um lugar estável, é um espaço de possíveis transformações, que variam de acordo com as interações dos indivíduos. As transformações do parque podem ser adaptadas ou subjetivas. A ludicidade que acontece no parque é uma grande aliada para o desenvolvimento integral da criança, que merece atenção dos pais e dos educadores. Os brinquedos do parque estimulam as habilidades motoras, favorecem a compreensão de regras, a comunicação e a imaginação. Observa-se que no momento da Educação Física as crianças aprendem brincando, cada brinquedo do parque favorece a aprendizagem. Concordando com a pesquisadora Salla (2011) sobre o educador Henry Wallon, as interações com o meio estimulam a aprendizagem e a afetividade. Percebendo a importância do parque inclusivo no momento da Educação Física e suas contribuições para o desenvolvimento integral da criança, por que as escolas ainda não possuem parques inclusivos? Essa é a pergunta chave para o desenvolvimento desta pesquisa. Considerando os benefícios que o parque proporciona para a formação e desenvolvimento das crianças, da sua memória afetiva e socialização, é correto afirmar que as crianças com deficiências físicas e mobilidades reduzidas podem ser prejudicadas na primeira infância. A falta de adaptações no parque colabora para a exclusão e constrangimento dessas crianças. O mesmo lugar capaz de proporcionar gargalhadas e despertar o aprendizado, coordenação motora e a sua socialização, passa a ser um lugar de tristeza por parte da criança excluída.

No contexto escolar, o parque infantil pode ser considerado uma área privilegiada onde é possível realizar a estimulação da criança de forma lúdica. Trata-se de um ambiente alternativo, rico de estímulos capazes de favorecer os aspectos psicomotores e as relações sociais. O parque é importante não apenas para o desenvolvimento da criança, mas também pela transmissão de valores culturais e de cidadania (BLASCOVI-ASSIS, 2009).

Observa-se ainda que existem profissionais que auxiliam a criança no momento do brincar no parque, mas essas boas atitudes não são suficientes, é necessário que a infraestrutura dos parques seja adaptada. Visto que o parque é compreendido como um ambiente de estímulos para as aprendizagens e autonomia, por isso precisa ser inclusivo garantindo dessa maneira um aprendizado eficaz. As crianças possuem um mundo imaginário, onde o significado é estabelecido pelas brincadeiras e não pelo objeto real presente. A atividade lúdica integra os aspectos afetivos, cognitivos, motores e sociais. Fundamenta-se a necessidade de evidenciar como o lúdico e o parque inclusivo influenciam no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Vygotsky (1991) a brincadeira traz uma grande influência para o desenvolvimento infantil, pois ela colabora com a interação social contribuindo também para a construção da personalidade. Para Oliveira (2000) é necessário reconhecer a falta de adaptações necessárias, e lutar para que a inclusão seja real, e que os espaços escolares atendam a todas as crianças de maneira integrada. As brincadeiras estimulam as crianças, regras de comportamentos condizentes com aquilo que está sendo representado e que fará as crianças internalizarem regras de conduta, valores, modo de agir e de pensar do seu grupo social que orientará e desenvolverá seu comportamento cognitivo. Cada brinquedo do parque proporciona um estímulo para a aprendizagem. Os educadores precisam intervir nos passatempos assim como os pais e responsáveis também devem oportunizar momentos de brincadeiras. Através do brincar, é notável que o desenvolvimento seja tanto

qualitativo quanto quantitativo. Para Duprat (2015), a criança junta coisas semelhantes, separa as que não são, nem aproveita a matéria tal como naturalmente veem; só o elaborado deve servir. Ou seja, as crianças constantemente necessitam de sentido para suas brincadeiras.

A atividade lúdica utilizada no contexto escolar é de primordial importância, pois com o brincar o aluno adquire sensações e emoções fundamentais para o seu desenvolvimento, levando a criança a formar sua personalidade e aprender a lidar com o mundo. Portanto, o fato de a brincadeira estar particularmente associada ao desenvolvimento infantil também deve estar inserida na Educação Infantil com o objetivo de contribuir para o processo de aprendizagem (LIRA; RUBIO, 2014).

O educador pode contribuir com o bom desenvolvimento infantil, permitindo à criança conhecer e transformar o mundo ao seu redor, estimular o convívio social, a inclusão e considerar o desejo que a criança sente por brincar. O lúdico e o parque inclusivo juntos com as brincadeiras inseridas de forma planejada ao ar livre são de grande relevância para o desenvolvimento integral da criança e para o processo de ensino e aprendizagem. No entanto cabe à escola se atentar ao desenvolvimento e aprendizagens das crianças cumprindo a função integradora, oferecendo oportunidade para a criança desenvolver seu papel na sociedade, organizando e oferecendo momentos de total relevância para o desenvolvimento social, intelectual e motor, colaborando para uma socialização adequada, através de atividades em grupos. Quando a escola adequadamente inclui os alunos com deficiências-mobilidades reduzidas, estimula as demais crianças ao conhecimento por direitos e deveres, essas crianças poderão transformar a sociedade em uma sociedade mais empática, que reconhece a necessidade do outro, buscando melhorias para sua vida e a vida dos outros. Márcio Ferrari (2008), fundamentado no trabalho de Maria Montessori (1870-1952), destaca que de acordo com a primeira médica italiana e pesquisadora da educação, as conquistas das crianças não se limitam às conquistas materiais. A prática do

método Montessoriano é inspirada na natureza e no desenvolvimento infantil. Maria Montessori trabalhou como psiquiatra em um asilo onde havia crianças com retardos mentais, e ela percebeu que essas crianças precisavam de intervenções pedagógicas e estímulos para serem educadas. Para a pesquisadora o ambiente deve propiciar o desenvolvimento e autonomia, estímulos sensoriais e motores eram propostos, pois através do movimento a criança conhece o mundo ao seu redor. O mais interessante é notar que Montessori adaptou recursos para o aprendizado inclusivo em uma época que não havia a variedade das tecnologias atuais. Considerando o legado de Montessori e a contribuição que ela deixou para a educação, os pedagogos devem romper as barreiras da desigualdade, e exigir os recursos necessários para o desenvolvimento das crianças, sejam elas regulares ou com deficiências. Nota-se que a criança tem impulsos por explorar e descobrir o mundo, isso é o prazer e a motivação que surgem da necessidade de aprender através dos exemplos dos pais, professores, amigos ou pessoas próximas. A curiosidade, a descoberta pelo novo é o que estimula a criança a querer aprender. A escola é o lugar privilegiado para a construção e o exercício da parceria e companheirismo oportunizados pelo conhecimento, como base das relações humanas. Segundo Oliveira (2000), a aprendizagem ocorre através do meio em que a criança é inserida, sendo assim as aulas de Educação Física devem propiciar o aprendizado inclusivo através das brincadeiras que acontecem no parque. De acordo com Rau (2011) é muito importante propiciar para crianças situações de jogos, brincadeiras e o parque inclusivo tem primordial papel no desenvolvimento dessas atividades, e sabemos o quanto a Educação Física favorece para que esses estímulos aconteçam em diferentes aspectos, como: afetivo, motor, cognitivo, entre outros. Nesta perspectiva podemos destacar a importância da Educação Física na escola da primeira infância que é considerada umas das etapas mais importantes para a vida futura. Para Duprat (2015), as

múltiplas possibilidades do autoconhecimento possibilitadas pelas brincadeiras contribuem para tornar a criança mais segura, autoconfiante, consciente de seu potencial e de suas limitações. Também se conclui que o lúdico, o parque e as brincadeiras não são apenas um entretenimento, mas uma atividade que possibilita e facilita as aprendizagens, que muito mais que importante, o brincar é essencial na vida das crianças, sendo um processo construtivo para a vida adulta. A ludicidade dentro do parque caracteriza-se por sua organização e pela utilização de regras; a brincadeira é uma atividade que pode ser tanto coletiva quanto individual, onde as existências das regras não limitam a ação lúdica, a criança pode modificá-las, quando desejar, incluir novos membros, retirar e modificar as próprias regras, ou seja, existe liberdade por parte da criança agir sobre ela. Para a autora Sabine (2009), a brincadeira se constitui em uma atividade em que as crianças, sozinhas ou em grupo, procuram entender o mundo e as ações humanas nas quais estão inseridas no seu dia a dia, elas até conseguem fazer comparações do mundo real ao imaginário. Para Rau (2011), deve-se considerar as características específicas que contribuem para a educação das crianças. As diferentes abordagens pedagógicas baseadas no brincar bem como os estudos de psicologia infantil direcionados ao lúdico e o parque permitiram a construção da criança como um ser brincante, e as brincadeiras deveriam ser utilizadas como atividades essenciais e significativas para a Educação Física. Percebe-se então que o brincar para a criança não é uma questão apenas de pura diversão, mas também de educação, socialização, construção e pleno desenvolvimento de suas potencialidades, observando e valorizando toda a bagagem que cada criança carrega consigo mesma como cultura. Portanto, o brincar no parque deve ser valorizado, sendo visto como um meio para a Educação Física desenvolver a criatividade e o raciocínio crítico, que ocorre através das negociações que são feitas pelas crianças nos momentos das brincadeiras. Entendendo que o brincar estimula os fatores físicos, morais e cognitivos, dentre

outros, e considerando também que, é importante a orientação do adulto como mediador para que ocorra o desenvolvimento da criança. Neste sentido é notório que as escolas adotam planejamentos, percebendo o brincar como atividades orientadas e livres. Os brinquedos passaram a ser vistos como base para a atuação do brincar nas escolas, possibilitando assim a obtenção de capacidades e saberes, sendo eles brinquedos pedagógicos e brinquedos heurísticos, sendo importante que as escolas e os educadores tenham medidas inclusivas, pois as crianças com deficiências “mobilidades reduzidas” já sofrem por viverem em uma sociedade preconceituosa e desigual. Frequentemente essas crianças não exercem o seu direito de ir e vir pela falta de adaptações necessárias. As escolas precisam ser referenciais de inclusão, é necessário reconhecer o parque como um lugar prazeroso e provedor da aprendizagem. O Projeto Político Pedagógico deve propor intervenções para que os objetivos gerais e específicos que se alcança com as brincadeiras no parque seja uma realidade para as crianças com deficiência “mobilidades reduzidas”. Para Duprat (2015), a aprendizagem é tão importante quanto o desenvolvimento social, e as brincadeiras promovem essa relação. Trabalhar com o lúdico e o parque inclusivo é fazer com que a criança aprenda de maneira prática, interativa e alegre, ou seja, participando de atividades mais descontraídas a criança sente-se feliz e motivado, e ao mesmo tempo adquire novos conhecimento de maneira prazerosa, consigo mesmo e com o mundo a sua volta, pois para o autor a experiência criativa começa a partir do momento em que se pratica essa criatividade e isso aparece em primeira instância através da brincadeira. Contudo, para o autor é essencial que o adulto não interfira demasiadamente durante estes momentos, pois as descobertas que ocorrem levam ao amadurecimento, que será importantíssimo para o início de suas atividades cultural e social. É notório que as crianças estão sempre dispostas a auxiliarem os amigos com deficiência “mobilidades reduzidas” nas brincadeiras.

Para as crianças com paralisia cerebral, o brincar ao ar livre é importante, pois, além do lúdico ser uma forma de divertimento, ele também é um modo de desenvolver habilidades motoras, cognitivas e sociais. Entretanto, para que essas crianças possam desfrutar do lazer com segurança, os equipamentos e os locais dos parques infantis devem possuir brinquedos acessíveis em vez de obstáculos aos seus usuários (LAUFER, 2001). Ao pensar em adequar os equipamentos recreativos de um parque, deve-se lembrar da acessibilidade, que tem como objetivo acolher todas as crianças, sem ocultar as particularidades de cada uma, com a pretensão de eliminar a discriminação aos usuários e proporcionar a sua integração a esses brinquedos de recreação (LAUFER, 2001). De acordo com a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a acessibilidade é: “[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2000, p. 1).

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MEDIADOR DO PROCESSO INCLUSIVO.

O professor de Educação Física, muitas vezes sofre pela falta de recursos fundamentais para a inclusão. Constantemente os planos de aulas, os jogos e os brinquedos da sala, são adequadamente adaptados para que todos possam participar, entretanto as brincadeiras no parque carecem de maior atenção, pois as adaptações dos brinquedos do parque precisam de maiores elaborações que talvez estejam fora do alcance do educador. O professor precisa seguir a rotina das crianças, e uma delas é a hora do parque, o que para as crianças com deficiência “mobilidade reduzida” é um momento de angústia, elas querem explorar os balanços, mas o balanço não possui cintos de segurança, querem explorar o girar no gira-gira, mas esse também não tem cintos de segurança, e o mesmo ocorre com os demais brinquedos do parque. O profissional de Educação Física muitas vezes auxilia as crianças com deficiências nas brincadeiras, entretanto não deve ser a maneira mais adequada, pois essa atitude interfere na socialização e autonomia da criança. O professor

deve sim provocar situações para a socialização das crianças, porém é importante não interferir muito, permitindo que elas façam experimentos sozinhas, conquistando dessa maneira segurança e autonomia. Para Rau (2011), a escola é reconhecida como ambiente de transformação na vida dos que a frequentam, portanto, as escolas devem promover a inclusão, para que as crianças com deficiência “mobilidade reduzida” desde a primeira infância percebam que são cidadãos de direitos e deveres, ou seja, o mesmo direito que uma criança regular tem de aprender brincando no parque escolar, a criança com deficiência “mobilidade reduzida” também tem, e a escola deve fazer valer esse direito possibilitado pelas transformações realizadas no parque, trazendo brinquedos inclusivos para que todas as crianças possa se desenvolver nos aspectos afetivos, motores e sociais. O professor de Educação Física tem papel importantíssimo na escola da primeira infância, juntamente com a ajuda dos brinquedos inclusivos garante acessibilidade para todas as crianças, garantindo e possibilitando para que a criança possa construir ideias e conceitos sobre inclusão e acessibilidade e consequentemente transformar futuramente a sociedade em que vive. O professor também possui papel fundamental para as mudanças que podem ser proporcionadas através de experiências lúdicas, é preciso que o educador se arrisque e experimente. As escolas podem garantir e mudar o jeito que o professor administra o lúdico no cotidiano das crianças no momento das brincadeiras no parque inclusivo superando todos os seus desafios.

Nunca devemos subestimar as crianças, pois se o fizermos, podemos ter uma surpresa. Numa sala de aula em que os princípios inerentes ao desenvolvimento do poder pessoal estão na base de todas as experiências de aprendizagem vividas pelas crianças, o potencial para o crescimento dessas crianças é vasto, e as surpresas reservadas aos professores que optarem por esse tipo de ação são enormes. Talvez seja isso que faz do ensino de crianças pequenas algo que compensa e vale a pena. (WASSERMANN, 1990, p.263).

Se este entendimento da forma como as crianças aprendem for aplicado a todo trabalho de aula, torna-se mais fácil ver que a aprendizagem de conceitos é mais um processo evolutivo do que uma questão de informação dada num determinado momento. Os professores que assim pensam, não põem de lado esta responsabilidade de ajudar as crianças a compreenderem mais e melhor; apenas encaram o assunto de outro modo. (WASSERMANN, 1990, p.63).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho pode-se compreender que a Educação Física na escola de Educação Infantil e o Parque Inclusivo como um todo são necessários para nortear as ações pedagógicas, sendo que contemplar o brincar é um fazer educativo cheio de significados, porém as crianças com deficiências “mobilidades reduzidas” ficam impossibilitadas de participar deste aprendizado lúdico por falta de infraestruturas necessárias para que o fazer inclusivo aconteça realmente de fato. Ficou muito evidente que com o lúdico possibilitado em um parque inclusivo, a criança cria e recria métodos de aprendizagem que estimulam a integração dos conhecimentos sociais e culturais. Diante do que foi apresentado é possível perceber que o aprendizado ocorre de forma progressiva e continuada respeitando as necessidades da criança em seu desenvolvimento inicial, mas para isso acontecer de maneira geral é preciso ser respeitado o documento de Salamanca (1994), que assegura a educação para todos. Falar em Educação significa falar em ser humano. Todo e qualquer processo educativo precisa considerar o sujeito em sua individualidade, como cidadão histórico-cultural que possui direitos e deveres. Ficou evidente que a acessibilidade do parque e dos brinquedos no momento do brincar das crianças com ou sem mobilidade reduzida regem toda uma inclusão que garante todos os direitos que envolve o pleno desenvolvimento de cada uma delas. Pode-se observar que o parque inclusivo e o lúdico nos momentos das atividades de Educação Física são instrumentos que fortalece o bem-estar da criança sem ou com mobilidade reduzida, sendo

a partir dos resultados demonstrados nas pesquisas que é possível ressaltar as ações pedagógicas, rotinas e situações de aprendizagem que envolvem o lúdico e o parque inclusivo e que se forem de fato priorizados terão grande êxito nas escolas de educação infantil, contribuindo para que seja de fato respeitados todos os direitos de todas as crianças. Portanto cabe às escolas, famílias e ao poder público promover ações, que envolvam o lúdico e o parque inclusivo como forma de aprendizado e conscientização do brincar na escola de educação Infantil nos momentos da Educação Física. Conforme a lei 9394/1996 orienta que é dever da família e do Estado o pleno desenvolvimento do educando. Os principais intuítos dessa pesquisa tiveram como pretensão possibilitar e propiciar a reflexão sobre a importância do parque inclusivo nos momentos da educação física que acontece na escola de educação infantil, quais aprendizagens e desenvolvimento infantil acontece nesses momentos e como esse benefício não é real para muitas crianças com deficiência "mobilidade reduzida". E como a acessibilidade do parque, dos brinquedos e a mediação do profissional de educação física durante o brincar são importantes para que o desenvolvimento integral das crianças regulares ou com deficiência "mobilidade reduzida" ocorra com sucesso, que a participação de todas as crianças durante as atividades seja garantida e que a adequação do parque inclusivo ocorra de fato, tornando acessível e seguro a participação de todas as crianças, como é proposto pelo Desenho Universal, atendendo ao que é estabelecido nas políticas públicas que regem pela inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 2008. v. 1.

CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. 8ed. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 2005. 2012. 2011. 1998.

CERTEAU, M de **A invenção do cotidiano** (1) artes de fazer.3. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes,1998.

CUNHA, J.R.A., ESTEVES, R.G. **Manual Prático do Mobiliário Escolar**. São Paulo, Brasil: ABIME –Associação Brasileira das Indústrias de Móveis Escolares, 2001

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca- Espanha.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DUPRAT, Maria Carolina (org.). **Ludicidade na Educação Física**. São Paulo: Pearson, 2015.

MÁRCIO Ferrari 2008, **Maria Montessoria médica que valorizou o aluno**, nova escola.org. BR.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Marta Kohl, **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento** São Paulo: ed.scipione, 2000.

RAU, Maria C. T. D. **A ludicidade na Educação Física: uma atitude pedagógica**. Curitiba: IBPEX, 2011.

SABINE, Maria Aparecida.; LUCENA, Regina F. de. **Jogos e brincadeiras na Educação Física**. Campinas: Papirus, 2009.

VYGOTSKY, Lev. As contribuições teóricas de Lev Vygotsky para a aprendizagem **portal educação**. com.br

BLASCOVI-ASSIS, S. M. Lazer para deficientes mentais. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lúdico, educação e educação física** 3. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2009. p. 101-111.

LAUFER, A. **Recomendação para projetos de brinquedos de recreação e lazer existentes em playgrounds adaptados à criança com paralisia cerebral 2001**. 90 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LIRA, N. A. B; RUBIO, J. A. S. A Importância do brincar na educação infantil. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, São Roque, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2014.

CORRÊA, P. **Elaboração de um protocolo para avaliação de acessibilidade física em escolas da educação infantil 2010**. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.entreamigos.com.br/temas/acessibi/prjeto.htm>>. Acesso em: 28 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** Brasília, DF: MEC/SEE, 2008a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia prático do cuidador** Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_cuidador.pdf.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.





doi <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.51>

ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Adriana Pereira Santos da Silva
Alecina do Nascimento Santos
André Luiz Dias Leite
Andressa Talita de Lara
Angelita Aparecida Ferreira Gebin
Antônio dos Santos J. Miguel e Fátima Tomás
Dias dos Santos Gama
Beatris Maria Mocellin
Daniel Leopoldo Moreira Barbosa
Daniela Proença Verly da Silva
Dinah Luisa da Silva
Ester de Paula Oliveira
Elisangela Santos Reimberg Eduardo
Josefa Bezerra de Meneses
Letícia Zuza de Lima Cabral
Lucimara dos Santos de Barros
Marcela Rodrigues Pimentel
Maria Aparecida Armandilha Nunes
Maria de Fátima Costa Rocha
Marilena Wackler
Sidnéa dos Santos Quintino Amorim
Sidneia Viana
Sileusa Soares da Silva
Soraia Mitauy Freitas
Vilma Cavalcante Sabino da Silva



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

